

A GRANDE RENEGOCIAÇÃO

Galvêas explica: o Brasil está pedindo US\$ 12 bilhões aos credores, para pagar em nove anos, com quatro anos de carência.

O ministro Ernane Galvêas explicou ontem como é o novo pacote de renegociação da dívida externa: não se trata de renegociar a totalidade dos débitos, e sim de conseguir créditos no montante de US\$ 12 bilhões (US\$ 5,5 bilhões de reescalonamento do principal de 84 e US\$ 6,5 bilhões em dinheiro novo), com prazo de pagamento de nove anos, com quatro ou cinco de carência. Até agora, os banqueiros só têm concedido oito anos de prazo, e três de carência.

E o governo quer fazer isto pagando quase a metade dos custos financeiros cobrados atualmente. Para 1985, "ai já será outra negociação de que só devemos cuidar no ano que vem", comentou o chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda, Edésio Fernandes. E Galvêas assegurou: "A proposta teve boa receptividade dos banqueiros, encontrou um ambiente dos mais propícios e esperamos realmente alargar o prazo de pagamento da dívida".

Também o ministro Delfim Neto comentou, ontem, com o presidente da Eletrobrás, Costa Cavalcanti, que as negociações sobre a dívida externa com os credores internacionais estão correndo bem, e ele não mais se preocupa porque os maiores entraves já foram superados ou estão em fase de resolução. O que ainda preocupa o ministro do Planejamento, segundo seus comentários relatados aos jornalistas por Costa Cavalcanti, são os entendimentos levados a cabo internamente com os políticos, visando à aprovação do Decreto-Lei nº 2.045 pelo Congresso.

A nova proposta apresentada por Galvêas indica que foi insuficiente o pacote de US\$ 11 bilhões (US\$ 6,5 bilhões em novos empréstimos, US\$ 2,0 bilhões em pagamentos adiados ao Clube de Paris, e US\$ 2,5 bilhões de créditos comerciais) anunciado pelo FMI na semana passada.

Ontem, o ministro da Fazenda enfatizou que o governo não está propondo a renegociação global de uma dívida que no final do ano deve somar US\$ 100,1 bilhões. O governo quer aumentar o prazo do pagamento do principal da dívida com carência de cinco anos (o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, fala em quatro anos) e não apenas de dois anos e meio, como ocorreu no reescalonamento do principal de US\$ 4 bilhões vencidos este ano (projeto 2).

Juros menores

Na terça-feira, o ministro da Fazenda admitiu que o governo já está pagando quase 20% de custos financeiros, na renegociação de alguns empréstimos. Ontem, ele frisou que se tentará obter uma redução geral das taxas, desde os juros propriamente ditos (prime rate ou

Libor) até o spread (taxa de risco ou seguro pelo empréstimo) e flat fee (comissão). Fonte da área financeira considera possível reduzir o spread dos atuais 2,125% a 2,25% para 1,5% ao ano, e da flat fee, de 1,5% para 0,75% do valor da operação. No entanto, os empréstimos continuariam sujeitos a juros flutuantes (cuja tendência parece ser de alta).

As renegociações da dívida brasileira têm a seguinte tramitação: a partir

da formalização da proposta oficial, o comitê de assessoramento, integrado pelos 14 maiores bancos credores, comunica-se com 60 coordenadores que, por sua vez, chamam os 800 bancos credores do país para participarem da operação.

O presidente do Banco Central manifestou a esperança de anunciar "alguma coisa" nova, sexta-feira em Washington. Ele manterá, até dia 19, encontros com os principais credores. No primeiro dos 14 dias no Exterior, o presidente do Banco Central participa hoje, às 14 horas, em Washington, de nova reunião do Comitê de Assessoramento, tendo como convidado especial o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière, que reforçará o apoio do FMI à atual política econômica, mas não se manifestará sobre o pedido de ampliação de prazos e reduções de custos nos novos empréstimos.

No dia 12, o presidente do Banco Central chegará a Tóquio para, no dia seguinte, conversar com o ministro das Finanças e o presidente do Banco do Japão. No dia 14, manterá contatos com diretores do Banco Industrial do Japão, do Mitsubishi e do Sumitomo. Após passar o dia 15 em Bangcoc, Pastore falará, no dia seguinte, aos dirigentes de bancos do Oriente Médio representados em Bahrain.

No dia 17, Pastore chegará a Londres, para, no dia seguinte, na sede do Banco da Inglaterra, fazer uma exposição sobre a situação brasileira aos bancos de Israel, Nova Zelândia, Austrália, França, Espanha, Países Baixos, Bélgica, Inglaterra, Portugal e Escandinávia. Em Zurique, no dia 19, repetirá a exposição a dirigentes de bancos da Itália, Suíça, Liechtenstein, Áustria, União Soviética, Hungria, Tchecoslováquia, Líbia, Luxemburgo e Irã.

Apoio de Geisel

O ex-presidente Ernesto Geisel manifestou ontem, em Porto Alegre, seu apoio a uma renegociação ampla da dívida externa brasileira, para que se dê ao País prazo para tomar fôlego.

Ele participou de uma reunião de avaliação do pólo petroquímico do Sul, realizada durante todo o dia no hotel Plaza São Rafael e no início da noite retornou ao Rio.



Madeira Serrano na CPI: só falta definir uma forma para o clube dos devedores.